

SISTEMA MUNDIAL E AMÉRICA LATINA: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

*José Luís Fiori**

Resumo

Este artigo situa a história dos imperialismos na longa duração, no novo tabuleiro de enfrentamentos que afetam o sistema do capital e traça as disputas por hegemonia na nova arquitetura mundial. Expõe a crise de hegemonia estadunidense que atravessa os anos 70, examinando a alteração dos rumos da política externa norte-americana e o novo eixo geo-econômico atual. Com a perda de fôlego da utopia da globalização e o fracasso da estratégia militarista de Bush no Oriente Médio, os limites da liderança norte-americana no plano geopolítico vem à tona. Nessa quadra, emergiram novas posturas dos governos latino-americanos com a diminuição do papel dos EUA nesses mercados e com a forte presença da China.

Palavras-chave

Utopia da globalização, imperialismos, militarismo de Bush, América Latina, China.

Abstract

This article situates the history of the long duration imperialisms, in the new field of confrontations that affect the system of capital, and draws the disputes for hegemony in the new worldwide architecture. It exposes the crisis of North American hegemony and the present geo-economic axis. With the loss of breath affecting the utopia of globalization, and the failure of Bush's militaristic strategy in the Middle East, the limits of American leadership at the geopolitical level, come to the surface. In this period, with the decrease of US role in these markets, and the strong presence of China, new attitudes of Latin-American governments have emerged.

Key-words

Utopia of globalization, imperialisms, Bush's militarism, Latin-American, China.

A nova arquitetura mundial e o “Acordo de Paz” que não existiu

Existe um consenso entre os analistas internacionais sobre o fato de que a “crise da hegemonia americana”, na década de 1970, teria sido o ponto de partida para as transformações políticas e econômicas que culminaram, duas décadas mais tarde, com o fim da União Soviética e da Guerra Fria e com o início do processo de globalização financeira da economia mundial.

A partir de 1991, portanto, o mundo liberal comemorou sua vitória sobre o nacionalismo e o socialismo, anunciando o fim das fronteiras e das guerras, aparentemente eliminadas pela globalização da economia de mercado.

Contudo, ainda no início do século XXI, a utopia da globalização e da “paz universal” perderam fôlego e a guerra retornou ao centro do sistema mundial. Os primeiros sinais dessa mudança já eram visíveis no final da década de 1990 e, embora a partir da posse do presidente Bush, em janeiro de 2001, não houvesse mais dúvidas quanto às alterações de rumos da política externa norte-americana, foram os atentados do 11 de setembro daquele mesmo ano, bem como as duas guerras que se seguiram – a do Afeganistão e a do Iraque – os fatores que enterraram definitivamente a euforia da “era Clinton”, dando início a uma nova conjuntura dentro do sistema mundial.

Olhando por esse ângulo, tinha razão a atual Secretária de Estado, Condolezza Rice, quando afirmou, logo após os atentados de Nova York e de Washington, que o mundo estava vivendo um “momento transformativo” semelhante ao que vivera no pós-Segunda Guerra, particularmente entre 1945 e 1947, quando foram negociadas e estabelecidas as bases econômicas, políticas e institucionais da hegemonia norte-americana no mundo.

A diferença nesse caso ficou por conta do fato que, depois de 1991, não houve nenhum tipo de negociação entre as “potências vitoriosas”. Como tampouco houve “acordo de paz”: as novas relações políticas e econômicas estabelecidas entre as grandes potências – e entre estas e o resto do mundo – vêm sendo definidas, desde então, de forma lenta, conflituosa, na base do “caso a caso” e na dependência de cada conflito.

A evidência dessa nova realidade está, por exemplo, na forma como os Estados Unidos foram ocupando militarmente alguns territórios da antiga União Soviética e mesmo de seus aliados dentro do Pacto de Varsóvia. Com ou sem o uso da OTAN, o movimento de ocupação seguiu uma estratégia muito clara: teve início no Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pelos Bálcãs, desembarcando, finalmente, na Ásia Central e no Paquistão, com a guerra do Afeganistão, e em Bagdá, com a última guerra do Iraque.

A consequência desse processo de expansão militar é visível e basta um olhar para

o mapa atual das bases militares norte-americanas através do mundo. Elas controlam quase todo o “Rimland”, considerada por Nicholas Spykman¹ a área geopolítica mais importante do mundo para o exercício do poder global. Além disso, não é difícil perceber que os Estados Unidos já construíram um “cinturão sanitário” separando a Alemanha da Rússia, e esta da China, deixando evidente que esses países já são, no século XXI e em um horizonte de longo prazo, considerados e tratados como os verdadeiros concorrentes dos Estados Unidos.

Desse ponto de vista, pode-se compreender perfeitamente a quem está dirigida a nova doutrina estratégica do governo americano, oficializada depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Na prática, os Estados Unidos já fizeram uso do “direito ao ataque preventivo” em vários momentos dos séculos XIX e XX, mas quase sempre contra países pequenos ou periféricos e sob os auspícios da Guerra Fria. A novidade dessa nova doutrina não está exatamente nesse aspecto, mas no anúncio claro e inequívoco de que o objetivo último dos Estados Unidos a partir de então é impedir, por um tempo indefinido, o surgimento, em qualquer ponto do mundo, de outra nação ou aliança de nações que rivalize com seu poder.

Trata-se de uma estratégia de “contenção”, como a que foi sugerida por George Kennan² e adotada pelos Estados Unidos com relação à União Soviética, após 1947, só que agora visando o exercício de um poder global que envolve uma prevenção permanente e universal voltada também para os próprios aliados da Guerra Fria, aí incluídos seus dois maiores “protetorados militares” do pós-Segunda Guerra Mundial: a Alemanha e o Japão. Assim, o que estamos assistindo dentro do sistema político internacional, desde 2001, é o início de uma nova fase de acirramento da competição e dos conflitos políticos no interior do “clube” das Grandes Potências.

Como explicar isto? Durante a década de 1990, o rápido crescimento econômico americano e o aumento do fluxo internacional de capitais ressuscitaram a crença na convergência da produção da riqueza e na harmonia de interesses econômicos entre os “países desenvolvidos” e o resto do mundo. Portanto, uma nova ordem econômica liberal que nascia “dispensando acordos e favorecendo a todos igualmente, graças à ação eficiente dos mercados”.

Porém, no final da década de 1990, o descenso cíclico da economia mundial reforçou a consciência de que se haviam frustrado as expectativas de que a abertura das economias nacionais promoveria uma rápida convergência da riqueza das nações, de suas rendas e classes sociais. Ao mesmo tempo em que, por trás da polarização da riqueza que caracterizou o período, ocorreria um grande deslocamento geográfico dos principais centros de acumulação mundial de capitais, com a consolidação, sobretudo a partir de 2001, dos

novos fluxos comerciais e financeiros, que passaram a funcionar como locomotivas da economia internacional, conectando o eixo dinâmico formado por EUA, China e Índia com as periferias asiáticas, africanas e latino-americanas.

O NOVO EIXO GEOECONÔMICO

Depois de 1945, a economia capitalista mundial cresceu liderada pelos Estados Unidos, tendo na Alemanha e no Japão seus dois protetorados militares, que se transformaram em cadeias transmissoras do dinamismo global, tanto na Europa como no Sudeste Asiático. Um tripé que funcionou, de forma absolutamente virtuosa até 1973, unificado pela reconstrução do pós-guerra e pela competição com a União Soviética, enquanto se desfaziam os velhos impérios coloniais europeus. Esse eixo dinâmico da economia mundial entrou em crise na década de 1970, perdendo seu fôlego global na década seguinte, um pouco antes do momento em que as economias alemã e a japonesa entrassem, nos anos 1990, em estado de letargia crônica.

Ao contrário dos seus antigos parceiros, os Estados Unidos cresceram durante as duas últimas décadas do século XX de forma quase contínua, liderando uma reestruturação profunda da economia mundial. Foi o período em que as economias nacionais do sudeste asiático, em particular da China e da Índia, transformaram-se na nova fronteira de expansão e de acumulação capitalista do sistema mundial, estabelecendo uma relação “virtuosa” – desde 2001 – de equilíbrio financeiro e de crescimento econômico com os Estados Unidos e com várias periferias ou subperiferias do sistema econômico mundial.

Dentro dessa nova arquitetura, tanto a Alemanha como o Japão nem perderam seu lugar na hierarquia das economias nacionais e nem deixaram de ser países cada vez mais ricos. Apenas não são mais protagonistas, já que perderem a liderança no processo de acumulação do capital em escala global. Foram simplesmente substituídos pelo novo tripé, já mencionado, e essa mutação “geológica” da economia mundial não tem mais como ser revertida a médio prazo, mesmo que alguns setores do *establishment* político e acadêmico americano continuem propondo, particularmente, o bloqueio político da expansão econômica da China. Daqui para frente, o que se deve esperar é aprofundamento das relações econômicas desse novo tripé, mesmo com o acirramento da competição geopolítica entre os Estados Unidos e o bloco asiático liderado pela China.

É interessante observar, entretanto, que essa mudança do eixo econômico internacional, de fato, renova uma das relações mais antigas e permanentes da história econômica mundial. Essa relação comercial entre o “oriente” e o “ocidente”, que teve início com a Dinastia Han da China e o Império Romano, entre 200 a.C e 200 d.C., e que se aprofundou durante a dominação mongol na China e no continente eurasiático, entre os anos 1200

e 1350 d.C. (um pouco antes do chamado “milagre europeu do longo século XVI”), é a mesma que está na origem dos “descobrimentos” e do nascimento dos impérios marítimos e comerciais construídos pelos europeus através do mundo.

Nesse sentido, a nova geografia do capitalismo não só mantém como atualiza e potencializa, simultaneamente, a relação transcontinental e transcivilizatória que esteve presente no nascimento do primeiro sistema econômico e político mundial. Entretanto, esse aspecto de “permanência” nos quadros da formação do sistema mundial não elimina a novidade revolucionária da nova geografia econômica do sistema e tampouco diminui o seu impacto sobre a economia internacional.

Não é um exercício simples prever todas as conseqüências dessa nova arquitetura econômica. Porém, até o momento, ela tem tido efeitos positivos, do ponto de vista do estímulo ao comércio e da estabilização das finanças internacionais. Mas já é possível mapear os primeiros congestionamentos e conflitos de soma-zero que vêm sendo provocados por esse deslocamento “geoeconômico”. Nesses momentos de mudança radical do sistema, a economia e a política tendem a convergir mais do que de costume, sendo menos complexo identificar conexões e sobreposições entre o jogo geopolítico da defesa e da acumulação do poder, por um lado, e o jogo “geoeconômico” da monopolização e da acumulação do capital e da riqueza das nações, por outro.

Neste momento, é possível identificar com relativa nitidez, por exemplo, a relação do problema da escassez das fontes de energia e a questão da “segurança energética” que se coloca para essa nova máquina de crescimento. Um verdadeiro quebra-cabeça do ponto de vista da reorganização e redistribuição – tanto política quanto econômica – dos recursos disponíveis, porém escassos, nos vários pontos do mapa energético do mundo. Assim, não é difícil entender a complexidade do novo arranjo que está em curso: basta olhar para as duas pontas do novo sistema – China/Índia e EUA – e para suas necessidades energéticas no futuro, caso se mantenham as atuais taxas de crescimento dessas economias.

Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial e vêm crescendo, nas duas últimas décadas, a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso mesmo é que ao fazer seu *Mapa do Futuro Global*, em 2005, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu que, até 2020, a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético e a Índia, em 100%. Isso se forem mantidas as atuais taxas de crescimento econômico.

O problema está exatamente no fato de que nenhum desses dois países tem condições reais de atender às suas necessidades internas por meio do aumento da produção doméstica de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje é o segundo maior importador de óleo do mundo. E essas importações atendem apenas a um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de

petróleo é ainda maior. Nesses últimos quinze anos essa dependência aumentou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar o quadro das necessidades asiáticas no campo energético, tanto o Japão quanto a Coreia permanecem altamente dependentes das importações de petróleo e de gás, o que contribui ainda mais para a intensificação da competição econômica e geopolítica dentro da própria Ásia.

A necessidade urgente de antecipar-se e garantir o fornecimento futuro de energia é o fator que explica, por exemplo, que, neste momento, tenha ocorrido uma aproximação de todos estes países asiáticos com o Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. E explica também, não só a ofensiva diplomática e econômica recente – e maciça em alguns casos – da China na Ásia Central, na África e na América Latina, bem como a presença crescente da Índia em Burma, Sudão, Líbia, Síria, Costa do Marfim, Vietnã e também na Rússia. Além da sua participação conjunta na disputa competitiva, e quase belicosa, com os Estados Unidos e com a Rússia pelo petróleo do Mar Cáspio e seus oleodutos alternativos de escoamento, através da Ucrânia, Geórgia, Arzerbaijão, Turquia, Polônia, Afeganistão e Paquistão.

Seguindo a mesma estratégia dos seus governos, as grandes corporações públicas ou privadas chinesas, tanto quanto as indianas, têm realizado investidas fora de sua zona imediata de atuação tradicional, visando controlar empresas estrangeiras que garantam o fornecimento futuro de petróleo para seus países. Esse, notoriamente, foi o caso da China National Offshore Corporation, que já comprou participação acionária em empresas não só no Irã como também junto ao grupo russo Yukos e na Unocal, dos Estados Unidos. O mesmo caminho vem sendo trilhado pelas grandes empresas estatais indianas – a ONGC e a IOC –, que já anunciaram novas associações na Rússia, no Irã e na própria China.

Por fim, o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres atribui a essa mesma disputa energética a recente reestruturação naval desses países, bem como a presença militar crescente dos chineses e indianos no Mar da Índia e no Oriente Médio, como se quisessem relembrar aos economistas mais ingênuos o parentesco muito próximo que existe entre os caminhos do mercado e os da competição militar.

No outro lado da ponta desse novo eixo dinâmico da economia mundial estão os Estados Unidos, que não só já eram como continuam sendo os maiores consumidores de energia do mundo e que, além disso, estão empenhados em diversificar suas fontes de fornecimento para diminuir sua dependência em relação aos países do Oriente Médio. Hoje, a Arábia Saudita só atende a 16% da demanda interna dos Estados Unidos, que já conseguiram deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá. Segue-se a Venezuela como o seu quarto mais importante fornecedor de petróleo.

Além disto, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia e têm avançado de forma agressiva e competitiva sobre os novos territórios petrolíferos situados na África subsaariana e, na Ásia Central, na região do Mar Cáspio. Na sua condição de poder global, os Estados Unidos estão disputando com a China, a Índia e as demais potências econômicas com escassez de recursos energéticos, todos os territórios que tenham excedentes atuais – ou algum potencial futuro – capazes de garantir a expansão contínua do seu poder econômico e político.

Nessa luta, a Europa entra como uma espécie de “primo pobre”, depois que a Grã-Bretanha voltou à sua condição de importadora de petróleo, enquanto o resto da União Européia importa atualmente da Rússia 49% do seu gás. E deverá estar importando desse mesmo país algo em torno de 80%, por volta de 2030. É nesse quadro que se deve compreender o rápido reaparecimento da Rússia no âmbito das negociações geopolíticas mundiais, seja no contexto europeu, com sua aproximação da Alemanha, seja no contexto asiático, com sua nova aliança estratégica com a China. A Rússia, atualmente, não apenas detém o segundo maior arsenal nuclear do mundo como ainda é grande fornecedora de energia exatamente para China, Índia e Estados Unidos.

A CRISE DE LIDERANÇA POLÍTICA

Após 15 anos de mudança contínua no plano geopolítico, o sistema internacional vem dando sinais de perda de “vitalidade orgânica”. E tudo indica que essa tendência deva se manter e aprofundar nos próximos meses ou anos, porque não existe solução imediata para nenhum dos problemas que estão na origem dessa “sensação de vácuo”, ou seja, o pântano em que se transformou a intervenção americana no Iraque, a guerra israelense no Líbano e a inconclusividade radical da “guerra global” ao terrorismo, declarada pelo presidente George W. Bush. E, ao lado de tudo isso, a ausência cada vez mais notória de um projeto “ético” ou de uma ideologia “mobilizadora” capaz de legitimar o arbítrio americano e garantir lealdades no plano internacional.

Dois anos e meio depois de o presidente Bush anunciar a vitória americana na Guerra do Iraque, o país parece envolvido inexoravelmente numa guerra civil cada vez mais extensa e violenta. Já tem algum tempo que a sociedade e o *establishment* americano voltaram a dividir-se e que a opinião pública norte-americana foi retirando seu apoio à política do presidente Bush no Oriente Médio. Aos poucos, vai se generalizando a convicção de que o governo Bush criou para si mesmo uma complexa armadilha, encontrando-se na atual conjuntura em uma disjuntiva bastante complicada. Isto é, se o presidente americano retirar de imediato suas tropas do Iraque deixará para trás uma guerra civil sangrenta, além de sair enfraquecido dentro e fora do Oriente Médio. Se decidir permanecer, deverá

enfrentar-se, segundo muitos especialistas, com uma lenta e grave deterioração da situação militar norte-americana. Um impasse que deve se agravar ainda mais com o fracasso da ação militar israelense no Líbano, apoiada desde o início pelos Estados Unidos.

Ante uma teia cada vez mais complexa de problemas e questões, alguns analistas americanos têm proposto uma alternativa verdadeiramente “heterodoxa”. Ou seja, uma reaproximação e um acordo para que o Irã assuma, após a saída das tropas americanas, a defesa da “nova ordem” sob o governo xiita de Bagdá. Nesse caso, entretanto, o produto final da Guerra do Iraque seria a criação de um “eixo de poder” xiita no Oriente Médio – incluindo o Líbano, a Síria e o Iraque – sob a liderança do Irã, o principal inimigo dos Estados Unidos na região. Uma façanha não só inédita como uma verdadeira reviravolta no campo da política internacional.

A conseqüência mais imediata do fracasso da estratégia militarista no Oriente Médio e na reconstrução do Afeganistão e do Iraque, assim como na estabilização do Estado libanês, foi o descrédito quase total em que caiu o grande projeto neoconservador do segundo governo de George W. Bush para a região. O seu programa de democratização e reforma econômica liberal do “Grande Oriente Médio”, uma espécie de “cruzada civilizatória” do antigo Império Otomano, foi recebido pelos europeus, no seu devido momento, com a indistigável “complacência dos mais velhos”. Mas, além disso, o fracasso militarista corroeu a credibilidade das ameaças americanas contra o “eixo do mal”, em particular no caso da Coreia do Norte e do Irã.

No caso da “guerra global ao terrorismo”, os Estados Unidos mostram-se cada vez mais divididos e impotentes ante uma ameaça ubíqua de grupos e redes que não obedecem a nenhuma hierarquia ou comando centralizado. Os atentados de 2001 serviram para que os Estados Unidos criassem um novo inimigo bipolar, propondo uma parceria estratégica global com todas as demais grandes potências, com o objetivo de combater o “terrorismo internacional”, entendido a partir de então como qualquer inimigo da política de expansão norte-americana. Essa parceria estratégica, entretanto, só foi aceita pelas demais potências de forma parcial e desde que ficasse garantida a manutenção dos códigos de respeito pela soberania mútua.

A permanência indefinida da “guerra global” ao terrorismo só vem criando dificuldades crescentes para os próprios Estados Unidos. Em primeiro lugar, porque do ponto de vista de sua segurança interna, a decantada ubiquidade do adversário “interno” exigiria, para ter eficácia, um controle permanente e cada vez mais rigoroso da própria sociedade americana. Uma espécie de estado de sítio crônico e intolerável, mesmo para os norte-americanos. Em segundo lugar, porque, do ponto de vista da segurança externa dos Estados Unidos, a nova estratégia cria uma situação de insegurança coletiva e permanente

dentro do sistema mundial.

O novo adversário não é, em princípio, uma religião, uma ideologia, uma nacionalidade, uma civilização ou um Estado. E, além disto, como não tem rosto, pode ser redefinido a qualquer momento pelos Estados Unidos de forma absolutamente arbitrária. Assim, o poder americano acha-se no direito de fazer ataques preventivos contra todo e qualquer Estado onde, segundo essa lógica, haja a possibilidade de existir bases ou apoio às ações terroristas, o que significa, em outras palavras, a auto-atribuição de uma soberania imperial. Tudo indica, portanto, que a estratégia da luta global contra o terrorismo não é sustentável e tampouco conseguirá ser um fator ou uma clivagem capaz de ordenar, no médio prazo, o sistema mundial. Pelo contrário, deve aumentar as resistências internas da sociedade americana e acelerar no longo prazo o retorno do conflito entre as grandes potências.

Não é de se estranhar, portanto, que durante o ano de 2006, o mundo tenha se sentido cada vez mais órfão da liderança norte-americana. E o que se pode esperar daqui para frente é um prolongado e melancólico final do segundo mandato do presidente Bush. Seu governo perdeu o rumo estratégico no Iraque, no Líbano e na guerra ao terrorismo. Mas, além disto, os Estados Unidos não dispõem no momento de um projeto, utopia ou de uma ideologia capaz de mobilizar seus aliados tradicionais e a opinião pública mundial.

A utopia da globalização tornou-se lugar comum e perdeu sua força de mobilização porque sua promessa de igualdade e convergência da riqueza das nações e das classes sociais foi sendo desmentida pelos fatos e pelos números do mundo real. Hoje, a retórica dos mercados desregulados e do fim das fronteiras nacionais soa como um jargão ultrapassado e sem capacidade de articular um projeto, mobilizar mentes e organizar a estratégia ideológica do poder americano.

É importante sublinhar, entretanto, que a atual fragilidade do sistema político internacional não vem apenas dos Estados Unidos. Um olhar mais cuidadoso para a Europa revela uma ausência similar de vitalidade e de nitidez estratégica. São notórias nesse sentido as condições críticas do governo Chirac, na França e do governo Blair, na Inglaterra. Este, particularmente, vem enfrentando derrotas parlamentares, divisões e deserções sucessivas, não só em suas fileiras partidárias, mas dentro do próprio governo e, sobretudo, na opinião pública, pelo comprometimento com a Guerra do Iraque e por sua condição de aliado do militarismo norte-americano.

No caso da Alemanha, o governo de coalizão entre a democracia cristã e os social-democratas já nasceu fragilizado pelo fato de reunir num mesmo gabinete os principais adversários das últimas eleições parlamentares alemãs, que terminaram praticamente empatadas, refletindo uma profunda divisão da sociedade. Por fim, a própria União Européia

perdeu fôlego e direção, sobretudo a partir de 2005, depois que os franceses e holandeses disseram um rotundo “não” à sua nova Constituição, deixando o projeto de unificação sem uma estrutura clara de poderes e sem um projeto estratégico de longo prazo. Permanece dividida entre a posição inglesa – favorável à constituição apenas de um mercado comum e de um “império” frouxo –, e a posição franco-alemã, favorável a um Estado Federal Europeu com um projeto econômico e de poder global.

Esses fatos e tendências apontam para um futuro imediato no qual o mundo sentirá a falta de uma liderança clara e de alguma diretriz estratégica capaz de orientar o cálculo coletivo dos seus principais atores. Esse quadro, que deverá não só se manter como se aprofundar nos próximos tempos, não significa de forma alguma que o mundo esteja vivendo uma crise terminal do poder americano. Muitos especialistas têm tido dificuldade de analisar a conjuntura internacional sem situá-la dentro de um quadro de “fim próximo” ou a uma ruptura definitiva, confundindo muitas vezes o mundo real com seus desejos ou posições políticas pessoais. Como sugerimos acima, os Estados Unidos estão “atolados” no Iraque e sem uma porta de saída clara e honrosa para essa guerra. Mas isso, de forma alguma, configura uma crise catastrófica do seu poder global.

Não há dúvida que os Estados Unidos enfrentarão dificuldades crescentes nas próximas décadas para manter o seu controle político e econômico global. Porém, o que está em curso e que de fato interessa em uma análise de longo prazo é a transformação ou a mudança profunda e lenta do eixo geopolítico do sistema mundial.

Depois de cinco séculos, a Europa perdeu sua centralidade dentro do sistema e o mundo vive por algum tempo sem uma bipolaridade nítida que organize o cálculo estratégico dos seus principais atores, enquanto a Ásia globaliza definitivamente o modelo interestatal de origem européia. Contudo, as duas principais transformações geopolíticas e geo-econômicas em curso dentro do sistema mundial são de duração lenta, e estão ocorrendo simultaneamente em dois tabuleiros diferentes.

Ambas foram deslanchadas por duas decisões estratégicas tomadas ao mesmo tempo em que tinha início a crise dos anos 1970. Por um lado, a Ostpolitik do primeiro-ministro alemão Willy Brandt, e, por outro, a chamada “abertura para a China” implementada pelo governo Nixon no início dos anos 1970. A Ostpolitik está não só na origem da abertura européia para o Leste como também nas diversas transformações que culminaram com a reunificação da Alemanha e no desmanche da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Foi, além disto, o primeiro passo de uma crescente convergência em direção ao Leste, ou seja, entre Berlim e Moscou, um dos componentes mais complexos e estruturais da atual crise da União Européia.

Já a nova relação entre os Estados Unidos e a China refez radicalmente o eixo Eu-

ropa-Ásia que se estabeleceu depois da Segunda Guerra Mundial entre os americanos e o Japão. Só que, nesse caso, ademais da relação econômica complementar e competitiva entre Estados Unidos e China, o próprio sucesso da relação econômica prenuncia uma disputa cada vez maior pela hegemonia militar no Sudeste Asiático. Ademais, é importante lembrar que, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos sustentaram sua competição militar com um país com o qual não mantinham relações econômicas importantes para o dinamismo de sua própria economia nacional. Além disso, mantiveram relações econômicas dinâmicas com países que não tinham nem autonomia militar e nem possibilidade de expansão do seu poder político nacional.

No caso da relação EUA-China, a complementaridade volta a ser parceira da competição político-militar. Nesse momento, o estado americano não tem como se desfazer economicamente da China. Mas chegará o momento em que os Estados Unidos terão de enfrentar-se com o dilema de bloquear ou não o movimento expansivo da China para fora de suas fronteiras. E esse momento ocorrerá exatamente quando esse movimento não for mais apenas econômico e assumir a forma de uma vontade política imperial. E o mesmo acontecerá caso se materialize uma aliança econômico-militar de longo prazo entre a Alemanha e a Rússia.

Essas transformações podem tomar anos ou décadas, mas nesse *intermezzo* e do ponto de vista de uma análise de longa duração, não existe passividade ou paralisia dentro do próprio sistema. A própria necessidade americana de alianças e apoios nas guerras do Afeganistão e Iraque acabou devolvendo, recentemente, a liberdade de iniciativa militar ao Japão e à Alemanha, ao mesmo tempo em que permitiu à Rússia reivindicar o seu direito de “proteção” na sua área de influência ou “zona de segurança” clássica, onde, depois de 1991, instalaram-se bases e tropas americanas.

É notório que, aos poucos, foi se formando uma nova polarização dentro do Oriente Médio, com o surgimento de um eixo de poder xiita e a possibilidade de um confronto generalizado com os israelenses ou com as forças sunitas, dispersas por vários Estados da região. Enquanto isso, do outro lado do mundo, o sistema estatal e capitalista asiático cada vez mais se parece com o bem-sucedido modelo de competição estatal que esteve presente no nascimento do já comentado “milagre europeu” do século XVI. Porém, não é provável que se repita na Ásia algo parecido com a União Européia. Portanto, como a história também é feita de permanências e repetições, não é de estranhar o aumento periódico dos conflitos nas relações intra-regionais do Sudeste Asiático. Talvez, por essa mesma razão, seja possível identificar no momento atual mudanças significativas na América Latina, tanto em seus sistemas políticos nacionais quanto no direcionamento da política externa de vários países que hoje contestam ou propõem uma redefinição das relações de

poder dentro do continente americano.

O lugar das antigas colônias

O VELHO DILEMA E O NOVO PROJETO

Por trás dos impasses que se acumulam no Oriente Médio e das novas posições que se afirmam na política externa de alguns países latino-americanos, esconde-se uma questão antiga e permanente: o problema das novas relações entre as grandes potências e o “resto do mundo”, depois de que se desfizeram as lealdades e alianças típicas do período da Guerra Fria. Hoje existem na nova ordem mundial, 193 estados nacionais, dos quais 125 foram colônias que se tornaram independentes em dois momentos da história moderna. O primeiro situado no início do século XIX, quando se separaram da Europa quase todos os atuais Estados americanos, e o segundo, depois da Segunda Guerra Mundial, quando nasceu a maior parte dos Estados africanos e asiáticos.

Ao se formarem na América os primeiros Estados nacionais independentes, nascidos fora da Europa, havia algum tempo que as elites intelectuais e políticas européias discutiam a necessidade da existência de suas colônias, bem como o futuro delas. Em grandes linhas, é possível identificar duas posições fundamentais nesse debate econômico e ao mesmo tempo estratégico.

De um lado, Adam Smith e quase toda a economia política clássica, convencidos de que o poder econômico da Inglaterra, no final do século XVIII, já dispensava o uso de monopólios coloniais e de conquistas territoriais, consideradas cada vez mais caras e menos lucrativas. Sustentavam a tese de que a superioridade econômica inglesa – acentuada pela Revolução Industrial – era suficiente para induzir a especialização “primário-exportadora” das economias que se tornassem independentes e se transformassem em “periferias” políticas e econômicas dos Estados mais ricos e poderosos. Numa posição oposta, estavam todos os políticos e intelectuais conservadores que, na segunda metade do século XIX, apoiaram as idéias colonialistas de Benjamim Disraeli e de Cecil Rhodes, o primeiro a defender que o caminho da paz universal passava, necessariamente, pela submissão do “resto do mundo” às leis anglo-saxônicas.

Se a posição de Adam Smith predominou na primeira metade do século XIX, as posições de Disraeli e de Cecil Rhodes impuseram-se de forma avassaladora a partir de 1870. Porém, é importante ressaltar que essa não foi uma vitória intelectual ou apenas política. Foi, muitas vezes, o resultado da aplicação do receituário de Adam Smith. É exemplar, nesse sentido, a história da conquista e colonização de quase todos os territórios que, em algum momento, pertenceram ao antigo Império Otomano. Em quase todos os casos essa

história começava pela assinatura (muitas vezes imposta pela força) de Tratados de Livre Comércio que obrigavam os países signatários a eliminarem suas barreiras comerciais, permitindo o livre acesso das mercadorias e dos capitais europeus. Esses tratados foram estabelecidos com países de quase todo o mundo e que acabaram por se especializar na exportação das matérias-primas necessárias à industrialização europeia.

Com a abertura de suas economias, quase todos os governos tiveram que se endividar junto à banca privada inglesa e francesa para cobrir os recursos perdidos com o fim das taxas alfandegárias. Daí decorreu que, nos momentos de retração cíclica das economias europeias, esses países periféricos passaram, invariavelmente, a enfrentar problemas de balanço de pagamentos, sendo obrigados a renegociar suas dívidas externas ou a declarar moratórias nacionais. No caso da América Latina, as dívidas e moratórias foram solucionadas através de renegociações com os credores e a transferência desses custos para as populações nacionais. No resto do mundo, a história foi diferente: a cobrança das dívidas acabou justificando a invasão e a dominação política de muitas das novas colônias criadas no século XIX.

Durante o século XX, os Estados Unidos e a União Soviética tiveram uma importância muito grande na independência das colônias afro-asiáticas. Já no fim da Primeira Guerra Mundial, os presidentes W. Wilson e V. Lênin defenderam o direito à autodeterminação dos povos e, a partir de então, esses dois países assumiram a liderança na defesa do direito ao desenvolvimento econômico nacional. Nas décadas seguintes, o “socialismo” – visto como uma estratégia de industrialização – e o “desenvolvimentismo” transformaram-se na utopia ou esperança desses povos e em caminhos alternativos para a realização de um mesmo objetivo: o desenvolvimento econômico, a mobilidade social e a diminuição das assimetrias de riqueza e de poder do sistema mundial.

No fim da década de 1970, entretanto, o “desenvolvimentismo” já perdera fôlego na maioria dos países periféricos, assim como o socialismo, que, pouco tempo depois, também entra em crise e perde sua força atrativa como estratégia de redução do atraso econômico. Nesse momento, o *establishment* da política externa norte-americana começou a rever sua política internacional e seu apoio financeiro aos projetos de desenvolvimento nacionais. Uma resposta quase imediata à própria “crise de hegemonia americana” e à crise econômica mundial dos anos 1970. Além disso, foi também uma alternativa ante o desafio colocado em 1973 pelo sucesso da estratégia da OPEP, com relação ao controle dos preços internacionais do petróleo, e ao aparecimento do Grupo dos 77 e de sua proposta de reforma radical no sentido da criação de uma nova ordem econômica internacional, aprovada em 1974 pela VI Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Inicialmente, a tendência da nova política americana foi dar apoio seletivo a alguns poucos projetos nacionais de desenvolvimento. Mas, já nos anos 1980, após a avassaladora crise dos endividamentos externos e das moratórias polonesa e mexicana, a nova estratégia para a periferia do sistema assumiu uma forma mais precisa, de acordo com as idéias básicas da grande “restauração liberal-conservadora” da era Reagan/Thatcher. Na América Latina, durante a década de 1970, o novo modelo de política econômica foi experimentado de forma pioneira e o modelo que Paul Samuelson chamou de “fascismo de mercado” foi implantado no Chile em 1973, no Uruguai em 1974 e na Argentina em 1976. Apesar disso, foi na segunda metade dos anos 1980 que ele se generalizou por todo o continente, no contexto da renegociação das dívidas externas da região.

Para todos os países endividados a negociação foi uma só: em troca de melhores condições no pagamento das dívidas, foram exigidos mercados desregulados, economias abertas, Estados não intervencionistas e o abandono radical de todo e qualquer tipo de projeto de desenvolvimento nacional. Num primeiro momento, pareceu que se tratava de uma simples troca conjuntural de uma política de crescimento por uma política de estabilização de tipo ortodoxa. Nos anos 1990, contudo, constatou-se que a política de estabilização transformara-se numa peça-chave da utopia da globalização financeira, oferecida aos países periféricos do sistema mundial. A partir de então, como no século XIX, a promessa de desenvolvimento e a esperança de mobilidade na hierarquia de poder e riqueza internacional passavam, como nos tempos da rainha Vitória, pela aceitação das regras livre-cambistas e da política econômica ortodoxa proposta pelas grandes potências.

Em 1996, o assessor internacional de Tony Blair, Richard Cooper, publicou um pequeno livro, *The Post-Modern State and World Order*,³ onde explicava com clareza as diretrizes estratégicas desse novo projeto imperial concebido pelos anglo-saxões para o “resto do mundo”. Cooper parte do reconhecimento da existência de uma relação direta e necessária entre o processo da globalização financeira, as políticas econômicas liberais da década de 1990 e o projeto de construção de “um novo tipo de imperialismo aceitável ao mundo dos direitos humanos e dos valores cosmopolitas”. Para ele, as grandes potências “tornaram-se honestas e não querem mais lutar entre si”, mas, contudo, continuam obrigadas a “exportar estabilidade e liberdade para os demais países”.

Dessas relações hierárquicas nasceriam as três formas atuais de imperialismo existentes no mundo. Um “imperialismo cooperativo”, que regeria as relações entre o mundo anglo-saxão e o resto do mundo desenvolvido; um “imperialismo baseado na lei das selvas”, próprio das relações entre esse grupo de países que “se tornaram honestos” e os “estados pré-modernos” ou “fracassados”, incapazes de assegurar os seus próprios territórios nacionais. E, por fim, o “imperialismo voluntário da economia global, gerido por

um consórcio internacional de instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial”, próprio para os países que adotam “a nova teologia da ajuda, que enfatiza a governabilidade e defende o apoio aos Estados que se abram e aceitem pacificamente a interferência das organizações internacionais e dos Estados estrangeiros”. Em síntese, um projeto de “ultra-imperialismo” entre as grandes potências mundiais, a “lei da selva” para os Estados “pré-modernos” e o imperialismo do “livre-comércio” para os países que Adam Smith chamou de “nossos aliados mais fiéis, afeiçoados e agradecidos”.

A “era Bush” não rompeu e nem abandonou esse projeto de um novo imperialismo “aceitável ao mundo dos direitos humanos”. Pelo contrário, ao atacar o Afeganistão, o Iraque e ao sustentar a política de Israel no Oriente Médio, os norte-americanos – com o apoio quase incondicional dos ingleses – demonstraram que estão dispostos a aplicar a “lei da selva” em relação aos Estados que eles consideram “pré-modernos” ou “fracassados”. E em todos os foros internacionais ou multilaterais têm insistido, com força crescente, na defesa do livre-comércio e no processo de desregulação e abertura das economias nacionais dos países em desenvolvimento, enfatizando a necessidade de que seus Estados se abram e aceitem não só os ditames dos mercados financeiros internacionais como a tutela dos seus organismos internacionais.

O problema com relação ao “mundo da selva” é que, nos últimos quinze anos, os Estados Unidos demonstraram não saber o que fazer com os países bombardeados e ocupados. No campo político-militar, aumentam dia a dia as dificuldades americanas no Afeganistão, onde não existe praticamente governo central fora de Cabul e, no Iraque, onde as tropas americanas estão sendo hostilizadas e atacadas permanentemente e o governo americano continua perplexo, sem estratégias de recuo ou de avanço, resistindo ao caminho de uma política colonial explícita e numa superestimação do poder militar para resolver os impasses do conflito. Gostariam, certamente, de replicar no Iraque a mesma estratégia que adotaram depois da Segunda Guerra Mundial na Alemanha e no Japão, sendo que alguns já chegaram a sonhar com uma repetição da União Européia. Mas, na prática, parecem cada vez mais comprometidos com um projeto colonial pouco nítido e que não conta com o apoio das demais potências aliadas.

Com relação ao mundo do “imperialismo voluntário da economia global”, os números e indicadores econômicos não deixam a menor dúvida: a promessa da convergência da riqueza não se cumpriu nos últimos quinze anos e, pelo contrário, a renda se concentrou ainda mais nos países que adotaram a “nova teologia da ajuda”. Além disso, as crises financeiras se sucederam durante a década de 1990 não só na Argentina, como no México, no leste asiático, na Rússia, no Brasil, e, mais recentemente, novamente na Argentina.

No início do novo século, poucos ainda acreditam nas virtudes das políticas receita-

das pelo “consórcio mundial de organismos financeiros”, liderado pelo FMI. Os Estados Unidos, por sua vez, olham com desconfiança para os países que tiveram sucesso econômico sem seguir os caminhos “voluntários” da economia global. Nas palavras de John Mearsheimer,

[...] a política dos Estados Unidos na China está mal orientada, porque uma China rica não será um poder que aceite o *status quo* internacional. Pelo contrário, será um estado agressivo e determinado a conquistar uma hegemonia regional. Não porque a China, ao ficar rica, venha a ter instintos malvados, mas porque a melhor maneira para qualquer Estado maximizar as suas perspectivas de sobrevivência é se tornar um hegemom na sua região do mundo. Agora bem, se é do interesse da China ser o hegemom no nordeste da Ásia, não é do interesse da América que isso aconteça (2001; p. 402).⁴

A tese de Mearsheimer, embora seja sobre a China, pode ser aplicada à Índia e a todos os países que, mesmo não pertencendo ao “mundo da selva”, tampouco estão dispostos a aceitar as regras impostas pelo “imperialismo voluntário da economia global”. Nesses casos talvez se devesse falar de um quarto tipo de imperialismo, que não aparece explicitado na proposta de Richard Cooper. Aqui, o que estaria sendo proposto é uma espécie de “ataque preventivo”, de natureza econômica, visando bloquear o desenvolvimento dos países que se proponham a mudar sua posição dentro da hierarquia mundial da riqueza e do poder.

Olhando pelo lado das “ex-colônias” – em particular a América Latina –, o que se tem neste momento, depois de uma década de experimentação neoliberal, é um balanço global negativo e, em algumas situações, com efeitos catastróficos, como foi o caso da crise da Argentina de 2001. Em quase todos os países do continente, os resultados foram os mesmos, apontando na direção do baixo crescimento econômico e do aprofundamento das desigualdades sociais. A frustração das expectativas criadas nos anos 1990 pela utopia da globalização e pelas novas políticas neoliberais contribuiu para as vitórias eleitorais de novas lideranças políticas que estão se propondo governar e inovar a história latino-americana neste início do século XXI. E tudo indica que, à sombra imediata do poder global dos Estados Unidos, pode estar se abrindo um novo espaço e uma grande oportunidade para a redefinição das relações tradicionais de poder dentro do continente e que apontam para uma maior integração política e econômica dos países latino-americanos e para uma renegociação da hegemonia dos Estados Unidos nesse espaço da periferia do sistema mundial.

Neste início do século XXI, também na América Latina estão ocorrendo mudanças velozes e surpreendentes, num continente que, em geral, se move de forma sincrônica apesar de sua enorme heterogeneidade interna. Basta olhar retrospectivamente para os grandes movimentos da história latino-americana para perceber a existência de notáveis convergências como, por exemplo, durante as “guerras de formação”, na primeira metade do século XIX; ou no momento de sua integração “periférica” à economia industrial européia, a partir de 1870; ou mesmo no período de sua reação “desenvolvimentista” ante a crise mundial da década de 1930.

Cabe relembra que, depois dos Estados Unidos, os países latino-americanos foram os primeiros Estados que se formaram fora da Europa. Nasceram em bloco e quase simultaneamente, por razões ligadas à decadência dos impérios ibéricos e à expansão das novas potências que assumem a liderança do sistema mundial a partir dos séculos XVII e XVIII. O reconhecimento de suas independências por parte dessas novas potências passou por negociações que envolveram, invariavelmente, a assinatura de Tratados de Livre Comércio, primeiramente com a Inglaterra e mais tarde com os demais países europeus e com os Estados Unidos. Como consequência, a América Latina transformou-se no primeiro laboratório de experimentação da estratégia de “relacionamento não colonial com os territórios do novo mundo”, defendida por Adam Smith.

Do ponto de vista da América Latina, isso significou, na prática, a aceitação de uma hegemonia política, econômica e financeira externa por parte dos seus novos Estados independentes. Hegemonia que os ingleses exerceram durante o século XIX e que depois cederam à sua ex-colônia norte-americana. Por isso mesmo é que a “convergência” ou “simultaneidade” que caracterizou a história dos países latino-americanos aumentou depois da Segunda Guerra Mundial e durante toda a Guerra Fria, período em que a política externa norte-americana incentivou na região uma oposição sistemática a todos os partidos e governos nacionalistas ou de esquerda. Em particular, depois da frustrada invasão de Cuba em 1961, a que se sucederam uma série de golpes militares e instalação de regimes ditatoriais em quase todo o continente.

Com o fim da Guerra Fria, na década de 1990, a “indução” norte-americana e a convergência dos povos latino-americanos deslocaram-se para o campo das políticas econômicas. No contexto da renegociação de suas dívidas externas, quase todos os governos da região adotaram um programa comum de políticas e reformas liberais que abriu, desregulou e privatizou suas economias nacionais. É bem verdade que essa virada neoliberal já havia começado anteriormente, com a instalação dos regimes militares no Chile, em

1973, no Uruguai, em 1974, e na Argentina, em 1976. Depois desse período, foi nos anos 1980 e 1990 que os demais países do continente abandonaram, em conjunto, o projeto “nacional-popular”, “desenvolvimentista” e “latino-americanista” que havia sido hegemônico entre 1930 e 1980. Este foi substituído por um programa comum de estabilização monetária e de desregulação e privatização das economias nacionais da região. Em todos esses casos, as novas políticas econômicas foram justificadas com os mesmos argumentos: a globalização era um fato novo, promissor e irrecusável, que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita como único caminho de defesa dos interesses nacionais num mundo onde já não existiam mais as fronteiras nacionais e, portanto, onde não se justificavam ideologias ou políticas nacionalistas.

Com o passar do tempo, entretanto, o novo modelo econômico instalado pelas políticas liberais não cumpriu sua promessa de crescimento econômico sustentado e de diminuição das desigualdades sociais. Na virada do novo milênio, a frustração dessas expectativas contribuiu decisivamente para a nova inflexão sincrônica do continente e que está em pleno curso: uma virada democrática e à esquerda de muitos governos da América Latina. A eleição, no final de 2005, para presidente da Bolívia, do líder indígena e socialista Evo Morales e da militante socialista chilena Michele Bachelet, no início de 2006, foram apenas acontecimentos de uma tendência que teve início com as eleições de Hugo Chávez, Luiz Inácio Lula da Silva, Nestor Kirshner e Tabaré Vasquez.

Por sua vez, esse quadro de mudança político-eleitoral está colocando novamente em evidência várias idéias, propostas e políticas do tipo “nacional-popular”, “desenvolvimentista” ou “latino-americanista”, que haviam sido soterradas pela avalanche neoliberal dos anos 1990. São idéias e propostas que remontam à Revolução Mexicana e, em particular, ao programa de governo do presidente Lázaro Cárdenas, adotado na década de 1930. Cárdenas foi um nacionalista e seu governo fez uma reforma agrária radical, estatizou a produção do petróleo, criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina, investiu na construção de infra-estrutura, praticou políticas de industrialização e de proteção do mercado interno, implantou uma legislação trabalhista e adotou uma política externa independente e antiimperialista.

Depois de Cárdenas, com pequenas variações, esse programa transformou-se no denominador comum de vários estados latino-americanos e que foram reconhecidos como governos “nacional-populares” ou “nacional-desenvolvimentistas”, como foi o caso de Vargas, no Brasil, de Perón, na Argentina, Velasco Ibarra, no Equador e de Paz Estenssoro, na Bolívia, entre outros. Não foram governos socialistas ou marxistas, mas suas idéias, políticas e posições internacionais transformaram-se numa referência básica de toda a esquerda latino-americana. Apenas como exemplo dessa afirmativa, foram esses

mesmos programas de governo que inspiraram a revolução camponesa boliviana de 1952, o governo democrático de esquerda de Jacobo Arbenz na Guatemala, entre 1951 e 1954, a primeira fase da revolução cubana entre 1959 e 1962 e o governo militar-reformista do general Velasco Alvarado no Peru, entre 1968 e 1975. Os anos de 1970 a 1973 assistiram à retomada dessas idéias e propostas no Chile, através do programa de governo da Unidade Popular de Salvador Allende, que propunha uma radicalização do “modelo mexicano”, com a aceleração da reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras produtoras de cobre, ao mesmo tempo em que defendia a criação de um “núcleo industrial estratégico”, de propriedade estatal, que deveria ter sido o embrião de uma futura economia socialista.

Do ponto de vista da política internacional, todos esses programas e governos sempre defenderam algum tipo de “integração latino-americana”. Porém, somente na década de 1960 é que foram tomadas as primeiras iniciativas de integração regional com o objetivo de fortalecer o processo de industrialização da região. Em 1960, foi assinado o acordo de criação do Mercado Comum Centro-Americano e naquele mesmo ano foi formada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC, hoje ALADI). Em 1969, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru criaram o Mercado Comum Andino. E, finalmente, em 1986, foi criado o Mercosul. Quase todas essas experiências mostraram resultados alentadores numa primeira fase, mas foram se desacelerando e perdendo fôlego econômico e político. Essa situação é consequência, por um lado, da resistência de interesses internos contrários à integração e, por outro, da própria natureza competitiva da maioria das economias nacionais da região, voltadas para a exportação, muitas vezes dos mesmos produtos e para os mesmos mercados externos.

Nos tempos atuais, o projeto de integração latino-americana voltou ao primeiro plano da agenda e dos debates da política externa brasileira, transformando-se numa espécie de coluna vertebral e no denominador comum das políticas externas dos governos “pós-neoliberais” do continente. Uma integração alternativa ao projeto da ALCA proposto pelos Estados Unidos, o que significa, de imediato, um grande desafio para os latino-americanos.

Nunca é demais lembrar que a América foi e é o único continente onde jamais houve qualquer tipo de disputa hegemônica. Num primeiro momento, a hegemonia foi britânica e, mais tarde, norte-americana. Mas, entre os dois países anglo-saxões, ao contrário de qualquer disputa importante, houve quase sempre uma ampla colaboração após a desmontagem e o declínio dos impérios ibéricos. Apesar disso, é difícil vislumbrar um futuro simples e linear neste continente, que navega longe do epicentro das disputas geopolíticas das grandes potências mundiais.

Os europeus têm apoiado de forma discreta os novos movimentos diplomáticos e econômicos latino-americanos. Mas, certamente, não pretendem envolver-se excessivamente com a zona incontestável do poder global dos EUA, embora vejam com simpatia a possibilidade de algum tipo de competição no continente, que contribua para o seu projeto de “multipolarização” do sistema político mundial. Nada que assuste os americanos, mas que possa abrir as portas do continente a uma maior influência política da União Européia. Por isso mesmo é que estão apoiando a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, e o presidente francês, Jacques Chirac, não tem perdido oportunidade de demonstrar sua simpatia e apoio a todas as iniciativas internacionais do presidente Lula.

A América Latina sempre ocupou um lugar secundário na agenda internacional dos Estados Unidos e, atualmente, o governo Bush mantém uma posição ambígua ante os novos desdobramentos e projetos da América Latina. É nesse espaço que, aos poucos, está se consolidando um novo eixo e uma nova direção na política externa latino-americana. Uma oportunidade sem precedentes para que o continente se levante sobre suas próprias pernas e se proponha coletivamente, não só como protagonista, mas como tema da nova agenda internacional definida pelas grandes potências mundiais.

Neste ponto, vale olhar um pouco para a história passada e para o período de apogeu do poder político e econômico mundial da Grã-Bretanha, depois de 1850, quando o poder britânico era análogo ao que, neste início do século XXI, possui os Estados Unidos. E, no entanto, naquele mesmo período, e a despeito do poder inglês, ocorreram mudanças geopolíticas decisivas e que transformaram radicalmente a história do mundo e de seus Estados nacionais. Basta lembrar as revoluções democráticas que sacudiram toda a Europa a partir de 1848; o grande movimento nacionalista que passou para a história como a “primavera dos povos”; ou, ainda, na década de 1860, a revolução Meiji no Japão, a Guerra Civil nos Estados Unidos e a unificação da Alemanha e da Itália.

Em síntese, o poder das grandes potências é fundamental para a globalização dos mercados e para a hierarquização dos Estados, mas o Sistema Mundial não “determina” necessariamente o destino final de cada uma de suas regiões, Estados ou grupos sociais, mas apenas delimita as chances e oportunidades que serão aproveitadas – ou não – segundo os interesses e projetos das forças vitoriosas e dominantes dentro de cada um dos países ou regiões que compõem o sistema. Desse ponto de vista, é inegável que, depois de 2001, está em curso uma mudança importante nas relações entre a América Latina e os Estados Unidos e que ela poderá abrir amplas oportunidades de transformação do lugar do continente no sistema geopolítico regional e mundial.

O essencial, do nosso ponto de vista, é que os Estados Unidos estão perdendo legitimidade e capacidade de intervenção dentro de sua zona de influência latino-americana.

Muitos atribuem essa tendência à prioridade absoluta que foi dada pela política externa norte-americana à “guerra global ao terrorismo” e às intervenções militares no Oriente Médio. Mas essa explicação é apenas parcial, porque desvaloriza as mudanças políticas que ocorreram no próprio continente e desconhece as transformações econômicas que estão sustentando materialmente a vontade política dos novos governos latino-americanos, os mesmos que se propõem a questionar ou renegociar a hegemonia norte-americana no continente.

Os Estados Unidos começaram a perder apoio e capacidade de intervenção na região – sobretudo na América do Sul – na medida em que suas populações foram elegendo governos identificados, em sua maioria, com uma postura crítica em relação às políticas neoliberais patrocinadas pelo “Consenso de Washington” durante a década de 1990. Sobre tudo, o poder de intervenção dos Estados Unidos começou a perder força no continente:

- após o apoio ao fracassado golpe militar venezuelano de 2002;
- após o esvaziamento do projeto da ALCA, patrocinado pelo Brasil e Argentina e engavetado na Reunião da Cúpula das Américas, em Mar Del Plata;
- e, finalmente, depois que a Argentina rompeu com o FMI em 2003 e decretou, unilateralmente, o que veio a ser uma moratória bem-sucedida.

O fracasso posterior da Rodada de Doha, em grande medida devido à posição norte-americana, apenas completou um quadro de deterioração da imagem dos Estados Unidos no continente, agravado pela oposição da opinião pública latino-americana à política militar dos Estados Unidos no Oriente Médio. Mas, por detrás de tudo isso, existem algumas mudanças no cenário econômico mundial e regional que têm contribuído decisivamente para o fortalecimento das posições “autonomistas” dos novos governos latino-americanos, em particular dentro da América do Sul.

Nesse ponto observam-se os efeitos mais diretos e imediatos da mudança do eixo geoeconômico mundial sobre a América Latina. Por um lado, porque o crescimento acelerado das economias asiáticas tem sido responsável pelo aumento das exportações do continente latino-americano e, portanto, pelo aumento das taxas de crescimento de quase todas as economias nacionais da região. Por outro lado, particularmente o crescimento das economias com fortes excedentes minerais e energéticos, como no caso do níquel de Cuba e do petróleo dos países andinos. Os novos preços, sobretudo do petróleo, do gás e dos minerais, permitiram aumentos de *royalties* e impostos, que fortaleceram a capacidade fiscal de todos esses Estados, permitindo financiar não só suas políticas de infraestrutura como as políticas sociais maciças.

Além disso, os novos preços da energia e dos minérios permitiram a formação de vultuosas reservas em moedas fortes dentro da região. Sendo que, no caso da Venezuela, seus 30 bilhões de reservas vêm lhe permitindo atuar na região como uma espécie de “banco central informal”, toda vez que se dispõe a comprar títulos das dívidas públicas nacionais dos países da região. Uma decisão do governo venezuelano que contribuiu decisivamente para o esvaziamento e o súbito desaparecimento do FMI do cenário financeiro (e midiático) da América do Sul. Outro aspecto importante é que os países petroleiros e a China vêm competindo cada vez mais com os Estados Unidos em matéria de mercados e de investimentos externos. A própria China dispõe hoje de um volume de reservas de tal ordem que a deixa em condições de arbitrar por conta própria toda vez que queira fazer intervenções financeiras inovadoras como as que vêm sendo feitas pela Venezuela no continente Latino-Americano. É nesse contexto que se deve enquadrar e compreender a impotência dos Estados Unidos, por exemplo, ante as novas compras de armamentos feitas pela Venezuela e a Argentina no mercado russo.

Em tudo isso, o mais paradoxal é que, enquanto se mantiver o atual quadro de “bonança” e crescimento da economia mundial, liderado pelos Estados Unidos e pela China, o mais provável é que a capacidade de intervenção material dos Estados Unidos dentro do continente continue a diminuir, ao mesmo tempo em que poderá crescer a base material e a margem de manobra dos países que se proponham aumentar os seus graus de liberdade com relação à política externa, militar e econômica dos Estados Unidos. Mas nada disso está predeterminado pelas mudanças globais do sistema mundial ou pelas transformações materiais da economia latino-americana. Daqui para frente será inevitável, como sempre, que os horizontes e o futuro dependerão da forma como as forças políticas internas do continente se posicionarem ante as oportunidades cridas pelas transformações globais. Neste ponto, o mais provável é que ocorra um acirramento, crescente em toda a América Latina, da luta entre duas forças polares que já vêm se enfrentando durante quase todo o século XX. De um lado os “livre-cambistas”, que, desde a independência, defendem o mesmo tipo de política econômica e de política externa favorável a um desenvolvimento dependente, associado e alinhado – com a Inglaterra, até 1930, e com os Estados Unidos, a partir de 1945. E, do lado oposto, os setores políticos, sociais e intelectuais favoráveis a um desenvolvimento nacional e a uma política externa voltada para a expansão do poder político e econômico soberano da América Latina.

Recebido em fevereiro/2006; aprovado em maio/2006.

Notas

* Professor titular de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jlfiori@uol.com.br.

¹ SPYKMAN, N. J. *The Geography of the Peace*. New York, Harcourt, Brace Company, 1944.

² KENNAN, G.F. The sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, XXV, n. 4, July, 1947.

³ COOPER, R. *The Post-Modern State and the World Order*. Londres, Demos, 1996.

⁴ MEARSHEIMER, J. *The Tragedy of the Great Power Politics*. Nova York, Norton & Company, 2001.